

Regionalismo inercial: contribuições da Cultura Política e da Economia Política Internacional para a compreensão do Mercosul

Inertial Regionalism: contributions from Political Culture and International Political Economy for understanding Mercosul

SOFIA ISABEL VIZCARRA CASTILLO | svizcarracas@unisinis.br

Professora da Graduação em Relações Internacionais e da Especialização em Relações Internacionais e Diplomacia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

NADIA BARBACOVI MENEZES | nbmenezes@unisinis.br

Professora e Coordenadora da Graduação em Relações Internacionais e da Especialização em Relações Internacionais e Diplomacia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Recebimento do artigo Setembro de 2021 | **Aceite** Novembro de 2021

Resumo: O campo dos estudos regionais tem experimentado diversas mudanças ao longo das últimas décadas. Na atualidade, a revitalização do campo à luz das teorias do regionalismo comparado, que integram os aportes funcionalistas, junto com perspectivas construtivistas e pós-estruturalistas, tem oportunizado desenvolvimento de uma pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas visando superar os modelos tradicionais de análise. Nesse sentido, o presente artigo propõe um modelo de estudo do regionalismo, tendo como base o Mercosul, visando contribuir com os estudos já existentes sobre o tema, a partir da Economia Política Internacional e da Cultura Política. O resultado é a construção de um modelo de estudo do regionalismo a partir de três dimensões analíticas apresentadas: i) Desenho institucional; ii) Proposição da Economia Política Internacional; iii) Cultura Política Regional, com ênfase nos aportes teóricos das duas últimas. Esse modelo de análise aplicado ao estudo de caso – Mercosul - sugere como resultado um regionalismo inercial. **Palavras-chave:** Regionalismo comparado; Economia Política Internacional; Cultura Política; Mercosul.

Abstract: The field of regional studies has undergone several changes over the past few decades. Currently, the revitalization of the field in the light of comparative regionalism theories, which integrate functionalist contributions with constructivist and post-structuralist perspectives, has promoted a plurality of theoretical and methodological approaches, aiming to challenge the traditional models of analysis. In this sense, this article proposes a model for the study of regionalism based on the MERCOSUR experience, incorporating to existing regionalist studies elements from International Political Economy and Political Culture. The result is the construction of a model for the study of regionalism based on three analytical complementary dimensions: i) institutional design; ii) configuration of the International Political Economy; iii) Regional Political Culture, with emphasis on the two latter. This analytical model applied to the case study – Mercosur - results in an inertial regionalism. **Keywords:** Comparative regionalism; International Political Economy; Political Culture; MERCOSUR.

1. INTRODUÇÃO

Os processos de regionalismo no mundo têm vários motores na sua origem, passando pela busca do crescimento econômico via expansão dos mercados, através do rompimento das fronteiras nacionais ou processos de construção de identidades a partir de histórias e lutas compartilhadas. Os processos de regionalismo, denominados inicialmente como integração, foram estudados primeiramente nas ciências econômicas, porém a partir de uma perspectiva de comércio internacional, e logo ganhou relevância em outras áreas do conhecimento, à exemplo das Relações Internacionais.

As mudanças no período pós-Guerra Fria, que vão acompanhar o surgimento de um mundo complexo, vão moldar o sistema internacional como multilateral, multi-escalar e dinâmico (ACHARYA, 2017). Estas mudanças no contexto vão marcar a evolução dos processos políticos e econômicos do regionalismo. Se por um lado, o nível regional se torna incontornável nas análises de processos de governança global. Por outro lado, a análise não fica centrada unicamente nos Estados, e se reconhece a importância dos atores não estatais, incluindo os atores de mercado, nas configurações das relações regionais.

Assim, o campo dos estudos regionais vai refletir essas mudanças nos contextos. Na atualidade, a revitalização do campo à luz das teorias do regionalismo comparado (ACHARYA, 2012; BÖRZEL; RISSE, 2019), que integram os aportes funcionalistas, junto com perspectivas construtivistas e pós-estruturalistas tem prezado pelo desenvolvimento de uma pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas para dar conta da complexidade do fenômeno (SÖDERBAUM, 2015). Nesse sentido, os estudos de regionalismo comparado se afastam daqueles primeiros enfoques centrados especificamente nos ganhos relativos de comércio (ALMEIDA, 2008; ALMEIDA, 2012; VAZ, 2002), e se aproximam de outros estudos, da área das Relações Internacionais, de caráter mais integrativo trazendo novos elementos para a compreensão, propondo, assim, uma visão do conjunto do processo regional, particularmente no caso do Mercosul (MARIANO; MENEZES, 2021; MARIANO, 2015; VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2001).

Dado que a discussão sobre regionalismo é uma discussão polissêmica, devemos precisar que trabalharemos com a definição proposta por Börzel e Risse (2016, p. 39) entendendo o regionalismo como o “processo liderado pelos Estados para a construção e manutenção de instituições regionais formais e organizações entre pelo menos três Estados, tendo em consideração que este processo pode ter tanto por finalidade a cooperação ou a integração em diferentes dimensões (política, social, económica etc.)”. Esta definição abrangente tem como vantagem centrar o debate sobre o processo institucional formal, porém sem perder a perspectiva que os processos de regionalismo podem ter motivações diversas, que também são denominadas de demanda de regionalismo, assim como fatores diversos que afetam a sua configuração institucional, que são também reconhecidos como oferta de regionalismo. Nesse sentido, esta definição ampla serve como ponto de partida para nossa proposta teórica que reconhece os aportes das grandes teorias institucionalistas do regionalismo (BÖRZEL; RISSE, 2019), porém, também, pretende trazer novos elementos ao debate, tanto em termos teóricos como metodológicos para futuras comparações entre blocos regionais (DE LOMBAERDE *et al.*, 2010).

Para tal finalidade, o presente artigo propõe um modelo de estudo do regionalismo aplicado ao caso Mercosul que tem como ponto de partida a complementariedade entre três enfoques teóricos específicos para o estudo da oferta e da demanda de regionalismo. Os termos

oferta e demanda de regionalismo, colaboram para diferenciar os níveis analíticos, entendendo a oferta na perspectiva dos atores estatais e a demanda na perspectiva dos atores não estatais, sem, necessariamente, configurar uma relação de mercado.

Dada a complexidade das relações regionais contemporâneas, é necessário integrar os estudos centrados nas instituições do Mercosul (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021; MARIANO, BRESSAN, LUCIANO, 2021; MARIANO, MENEZES, 2021; MARIANO, 2015; RAMANZINI JÚNIOR; LUCIANO, 2020; RAMANZINI JUNIOR; MARIANO; GONÇALVES, 2021), com dois enfoques teóricos adicionais, proposta deste artigo. O primeiro é o da Economia Política Internacional (EPI), que permite compreender as demandas por regionalismo analisando conjuntamente fatores econômicos e políticos, estendendo, assim, a aplicação da análise da EPI para o momento de crise ou da desaceleração contemporânea do Mercosul. O segundo enfoque é o da Cultura Política, que permite enxergar a conexão das propostas de regionalismo com relação às atitudes e valores das sociedades às quais elas se vinculam. Este enfoque também favorece o diálogo sobre a relação entre os projetos oferecidos pelas elites políticas no Mercosul e questiona os efeitos do regionalismo na consolidação dos processos democráticos na região. O resultado é um modelo de estudo de regionalismo comparado a partir de três dimensões: i) Desenho institucional; ii) Proposição da Economia Política Internacional; iii) Cultura Política Regional.

Para tal finalidade o artigo está dividido em três seções: as duas primeiras discutem, respectivamente, os aportes dos estudos de EPI e Cultura Política como enfoques complementares para o estudo do regionalismo no contexto atual; e a última seção exemplifica a construção e a aplicação do modelo proposto ao caso do Mercosul.

2. OS APORTES DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL PARA OS ESTUDOS DA DEMANDA DE REGIONALISMO

Apesar de os processos de regionalismo terem como objetivo a integração e aqueles que almejam a cooperação geralmente terem um componente econômico, estes tendem a ser examinados de maneira separada do componente político promovendo uma espécie de negligência mútua entre as duas esferas (STRANGE, 1970). Mercados e processos regionais parecem ser uma relação constante nos discursos dos atores políticos que configuram a oferta de regionalismo, porém nem sempre é dado a mesma ênfase no nível analítico. Assim, não é raro encontrar diversos autores que tenham salientado a importância de incorporar a dimensão da Economia Política Internacional nos estudos sobre regionalismo (MILNER; MANSFIELD, 1997; TUSSIE; RIGGIROZZI, 2015). Porém, para compreender especificamente o que os aportes da EPI e, posteriormente, a Cultura Política podem contribuir em uma proposta teórica plural sobre regionalismo nas Américas, devemos revisar brevemente a genealogia da EPI.

A Economia Política Internacional, se apresenta no século XX, mais precisamente nos anos de 1960 e 1970, em meio a um Sistema Internacional em transformação. Movimentos de

descolonização, aumento de novos atores representam algumas destas transformações. Neste período, destacam-se como exemplo os trabalhos de Susan Strange (1970) – que enfatizava a necessidade de se considerar a dimensão política e a dimensão econômica conjuntamente nas análises –, de Kindleberger (1970) e de Cohen (1977) – quem, posteriormente, vai realizar uma análise histórica do campo e dos debates teóricos, centrada principalmente no debate transatlântico, portanto com maior ênfase nos países do Norte Global (COHEN, 2008).

A pioneira na área, Susan Strange (1970), enfatizou em seus trabalhos que economia e política não deveriam ser analisadas separadamente. Para a autora, a exclusão das questões econômicas nas análises políticas ou vice-versa, além de não contribuir para o desenvolvimento da própria EPI, negligenciava a análise completa dos fatos para um melhor entendimento do Sistema Internacional, referindo-se aos acontecimentos à época. Na sequência de seus trabalhos, Strange e seu colega Stopford, reforçavam que a presença de atores não estatais estava configurando novos instrumentos de poder para os Estados, o que evidenciava a necessidade de considerar o elemento político, quando dos estudos, por exemplo, do papel das empresas para mercados domésticos, especialmente as de atuação internacional (STOPFORD *et al.*, 1991; STRANGE, 2015). Somando-se ao aporte da Economia Política Internacional, Gilpin também buscou analisar a atuação das empresas multinacionais no âmbito externo como meios de fortalecer a presença do Estado no Sistema Internacional (GILPIN, 2002). Nesse sentido, se entendemos que o regionalismo é um produto da ação dos Estados, torna-se relevante aplicar o método da EPI para a análise do papel desta manifestação específica do poder estatal na esfera internacional.

A EPI busca analisar as interações no Sistema Internacional dos atores estatais e não estatais e em que medida estes convergem em objetivos mútuos, realçando assim a necessidade de alargar os campos teóricos tradicionais. Ou seja, a EPI se alimenta dos diversos campos teóricos, especialmente o das Relações Internacionais, enfatizando a necessidade de elevar a importância da dimensão política e da econômica nas análises até então separadas pelas escolas tradicionais de Relações Internacionais. Esse fato confere o ecletismo da EPI, característica importante desse método (DICKINS, 2006; GONÇALVES, 2005).

Apesar dos avanços na concepção e no enfoque de estudo da EPI, debates mais recentes têm questionado a ausência de uma abrangência maior e a presença de mais vozes do Sul Global que enriqueceriam o debate tornando-o global (DECIANCIO; QUILICONI, 2020; TUSSIE; RIGGIROZZI, 2015). Nesse sentido, as ausências de uma maior diversidade dentro da EPI e possíveis insuficiências no nível analítico se referindo aos casos do Sul-Global/ não ocidentais, podem ser mitigadas pelo resgate das perguntas que guiam a aplicação do método. Ou seja, além de identificar quais atores e fatores estão interligados, também, saber como estes se articulam. Quais as consequências e as implicações deste vínculo? E qual a capacidade e os meios existentes para tal identificação? Essas questões permitem evitar interpretações equivocadas, bem como o risco de eliminar o papel de algum ator importante na análise de determinado processo, conforme buscamos colocar na sequência.

Como a Economia Política Internacional pode se configurar um método de análise sobre os processos de regionalismo? O aporte da EPI para os estudos de demanda de regionalismo permite entender que as motivações para os empreendimentos de regionalismo provêm

de processos de interdependência complexa onde há interesses de diversos atores (Estados, empresas, sindicatos, grupos de pressão etc.). Assim, aqueles atores que vão desenhar as propostas institucionais de regionalismo devem se ater a esta multiplicidade de *stakeholders* nos seus empreendimentos regionais. Assim a EPI tem servido a salientar características específicas dessas interações nos diferentes momentos do regionalismo. Nesse sentido, a década de 1990 foi marcada por processos de regionalismo aberto que entendiam a ação do regionalismo como ferramenta de promoção do livre mercado e de inserção global (KUWAYAMA, 1999; WEI; FRANKEL, 1998). Já a década dos anos 2000, principalmente na América do Sul, foi marcada pela mudança dessa relação entre mercado e Estado, a partir de lógicas pós-hegemônicas que apontavam uma maior intervenção do mercado nas economias no seu papel regulador no nível doméstico e no fortalecimento dos processos políticos no nível regional (RIGGIROZZI,; TUSSIE, 2012; SANAHUJA, 2012). Ambas as leituras refletem a aplicação de um enfoque de economia política ao contexto que estava sendo vivenciado no mundo, nesse sentido, alguns autores (FRIEDEN, 2021) parecem sugerir, desde uma perspectiva de EPI, que o momento atual precisa de novas perguntas para a compreensão dos desafios do regionalismo contemporâneo. Assim, o recente processo de negociação do USCMA em 2018, liderado por um líder populista como Donald Trump e com pressões populistas e mercantilistas nos diferentes países, marca o novo contexto de aplicação da EPI ao regionalismo. Assim também as tensões vistas na cúpula de aniversário dos trinta anos do Mercosul em 2021 mostram que em certa medida o processo de *backlash* político nas democracias do Cone Sul também tem afetado os processos regionais e reconfigurado as relações entre Estados, atores não estatais e mercados.

Porém, as teorias da EPI não necessariamente permitem a compreensão completa destes processos de mudança do regionalismo, principalmente na sua relação com os processos democráticos. A EPI não está suficientemente equipada teoricamente para compreender o papel das sociedades através da Opinião Pública na configuração desses processos regionais e é insuficiente para explorar a relação entre regionalismo e democratização assim como os questionamentos que as sociedades formulam a ambos os processos. Nesse sentido, é necessário fazer apelo a outras teorias especificamente as teorias da Cultura Política, para discutir esta dimensão da demanda por regionalismo, assim como seu alinhamento com a oferta de regionalismo.

3. OS APORTES DA CULTURA POLÍTICA PARA OS ESTUDOS DA OFERTA DE REGIONALISMO

Os estudos de Cultura Política são um campo de pesquisa que também surgiu no século XX na área da Ciência Política em um contexto de promoção e consolidação de regimes democráticos. Nesse sentido, estão vinculados tanto ao estudo das características domésticas de uma sociedade como à formulação de políticas externas que promovem a exportação de modelos democráticos. Em um contexto de questionamento às democracias e de uma nova crise do regionalismo mais estruturado - ou de emergência de projetos regionais

mais líquidos (MARIANO; BRESSAN; LUCIANO, 2021) – é preciso se interrogar sobre os vínculos entre regionalismo e democracia (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021), porém desde a perspectiva das sociedades. Nesse sentido, os estudos de Cultura Política podem aportar aos estudos de regionalismo em pelo menos três aspectos: i) na adaptação às diferentes realidades e evitar o viés eurocêntrico; ii) no desenvolvimento de um programa de pesquisa multi-método e iii) na incorporação do nível regional como objeto político de estudo para o campo da Cultura Política.

Para compreender o primeiro aporte devemos lembrar brevemente a evolução do debate histórico sobre Cultura Política. O conceito definido como “a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os [seus] membros” (ALMOND; VERBA, 1989, p. 13), serviu principalmente para a caracterização da Cultura Política de diferentes países. Desta primeira definição se pode inferir que a Cultura Política é um conceito guarda-chuva que pode abranger um conjunto de objetos políticos assim como uma diversidade de atitudes frente a eles. Porém, o foco inicial da agenda de pesquisa foi o conceito de “Cultura Cívica” (ALMOND; VERBA, 1963) que tinha como proposta central a existência de uma relação causal entre as atitudes e valores de uma determinada sociedade e a estrutura e desempenho governamental, principalmente no plano de consolidação de uma democracia (CASTRO, 2008). Mesmo quando esta relação não fosse de causalidade direta e os próprios autores reconhecessem a sua complexidade (RENNÓ, 1998), se entendia que a conjunção de fatores de altos níveis de desenvolvimento econômico e a existência de atitudes políticas denominadas cívicas favoreceriam o desenvolvimento de democracias liberais.

Assim nos seus primeiros anos, a teoria da Cultura Política teve um viés eurocêntrico, e marcado pela influência das teorias da modernização que consideravam o modelo de democracia liberal como o modelo a ser atingido pelo conjunto de sociedades do mundo, o que Castro denomina a “armadilha da Cultura Cívica” (CASTRO, 2014). Esta armadilha levou a um relativo desinteresse com relação ao conceito nos anos setenta, recebendo críticas tanto de teóricos críticos que denunciavam o conceito como instrumento de promoção do sistema capitalista, como de teóricos liberais, alinhados com os métodos da escolha racional que enfatizavam a lógica de maximização da utilidade e o cálculo custo/benefício nos estudos institucionalistas, e consideravam os estudos de Cultura Política como uma perda de tempo e recursos (RENNÓ, 1998).

Assim como os estudos sobre regionalismo, os estudos de Cultura Política tiveram um renascimento quando os seus principais teóricos revisitaram as teorias (ALMOND; VERBA, 1980), deixando atrás visões modernistas lineares (INGLEHART; BAKER, 2000; INGLEHART; WELZEL, 2005), e exploraram possibilidades de reações contrárias ao previsto pela teoria (HUNTER *et al.*, 2019; INGLEHART; NORRIS, 2019; WALTER, 2021). Este último aspecto é particularmente relevante para os estudos de regionalismo, já que as mudanças nas características dos processos regionais parecem acompanhar mudanças nas lideranças políticas de caráter mais populista ou autoritário, como tem sido o caso do denominado BREXIT (CARRERAS; IREPOGLU CARRERAS; BOWLER, 2019).

A emergência destas lideranças é um tema que é objeto de discussão na literatura de Cultura Política mais recente (SCHÄFER, 2021). As atitudes e valores referentes ao processo de integração europeu e o surgimento de um sentimento anti-europeu como parte

dos fatores que explicam o aumento do autoritarismo também vão ser objeto dos estudos de Cultura Política (KRIESI, 2020), construindo assim pontes entre o campo do regionalismo e da Cultura Política no caso europeu.

A Cultura Política adquiriu maior importância analítica quando ela se transformou em uma ferramenta descritiva e não como uma ferramenta prescritiva, deixando atrás uma comparação entre um “modelo ideal” pertencente aos países do Norte Global e uma realidade “deficitária” que se encontraria principalmente nos países do Sul Global. O programa comparativo da Cultura Política, nesse sentido, tem sido reapropriado por cientistas de diversos locais do mundo para tentar enxergar as particularidades e semelhanças da Cultura Política dos diferentes países e compreender a relação entre valores e contextos institucionais a partir de um programa de pesquisa empírico.

Este programa de pesquisa se apoia em ferramentas de coleta de dados quantitativos e qualitativos que formam parte da transformação metodológica do campo da Ciência Política. Especificamente, o desenvolvimento da Pesquisa Mundial de Valores (INGLEHART, R., HAERPFER, C., MORENO, A., WELZEL, C., KIZILOVA, K., DIEZ-MEDRANO J., M. LAGOS, P. NORRIS, 2020) que é a maior pesquisa não comercial de ciências sociais do mundo aplicada de maneira periódica em mais de 100 países do mundo desde 1980 - assim como instrumentos específicos regionais como o Barômetro das Américas ou o *European Values Survey*. A disponibilidade de data quantitativa comparável tanto de maneira longitudinal como em diversos países ao redor do mundo tem permitido a formulação de pesquisa comparativa baseada em elementos empíricos. Também, os pesquisadores têm incorporado métodos qualitativos como entrevistas e grupos focais para o desenvolvimento de pesquisas sobre Cultura Política, incluindo o desenvolvimento de métodos mistos para estes estudos.

Uma das limitações do programa empírico proposto pelos estudos de Cultura Política talvez seja o enfoque de nacionalismo metodológico e seu foco no nível analítico do Estado-Nação (MACIEL, 2013). Assim o nível de representatividade dos principais estudos de Cultura Política em geral tem sido o Estado-nação tanto por questões teóricas como por questões pragmáticas. Porém, o mundo contemporâneo, caracterizado pelas múltiplas inter-relações de governança global, tem nos mostrado que tanto o nível subnacional como o nível regional são pontos analíticos necessários para dar conta da complexidade do mundo contemporâneo (ACHARYA, 2017). Assim, criticar o nacionalismo metodológico implica reconhecer a mudança no contexto de desenvolvimento das teorias sociais e políticas contemporâneas:

“O dado empírico fundamental que se apresenta é que, antes mesmo da constatação científica, a própria consciência pública, o próprio imaginário social, apresenta uma dimensão nova e inevitável, fora da qual se torna cada vez mais inimaginável a tematização das questões sociais contemporâneas: trata-se da dimensão global da reprodução social contemporânea.” (MACIEL, 2013, p. 90)

A União Europeia é o principal cenário onde se registra avanços com relação a integração do nível regional como nível analítico em temas de Cultura Política, principalmente

com relação às pesquisas sobre cidadania europeia e atitudes e valores frente a UE assim como os processos de construção da identidade da região (BÖRZEL; RISSE, 2020b; BÖRZEL; RISSE, 2009). Porém, está longe de ser o principal foco dos estudos de Cultura Política – sendo ainda incipientes os estudos com um enfoque específico de Cultura Política desde outras regiões, como o Mercosul. Alguns estudos têm se centrado na cultura dos países da região (WANDERLEY, 2002), em outros casos têm se focado na Cultura Política dos agentes protagonistas da construção do regionalismo (MARIANO, 2007) e outros sobre o processo de construção de identidade como ferramenta discursiva e legitimadora do processo de integração (BAROM, 2018; DE SÁ FRANCA, 2016).

Porém, o programa empírico da Cultura Política tem incorporado nos seus estudos o regionalismo e o multilateralismo como objetos empíricos de análise. Assim tanto a Pesquisa Mundial de Valores como a Pesquisa Europeia de Valores incluem perguntas sobre conhecimento e confiança em organizações multilaterais como as Nações Unidas, o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional assim como organizações regionais como a União Europeia, o Mercosul ou a Comunidade Andina - dependendo do país no qual se aplica a pesquisa. Nesse sentido, essas ferramentas metodológicas, nos oferecem dados empíricos para o estudo comparado da confiança das sociedades, e particularmente o nível de apropriação da Opinião Pública doméstica dos processos de regionalismo promovidos pelos Estados. Como veremos mais adiante, as atitudes da Opinião Pública frente aos processos de regionalismo são um fator chave para compreender a configuração da oferta de regionalismo em uma perspectiva de regionalismo comparado (BÖRZEL; RISSE, 2019).

4. UMA PROPOSTA TEÓRICA PLURAL PARA O REGIONALISMO COMPARADO APLICADA AO MERCOSUL

A seguir, desenvolveremos brevemente nossa proposta teórica, partindo da EPI como método e da Cultura Política como enfoque complementar aos estudos de regionalismo, aplicando-os ao caso do Mercosul. Nosso modelo de estudo de regionalismo comparado propõe um quadro teórico integrativo a partir de três dimensões: i) os conteúdos do desenho institucional, resgatando os aportes dos estudos institucionalistas mais clássicos; ii) os estudos da demanda de regionalismo desde a EPI, que integram, portanto, os interesses dos atores estatais e não estatais envolvidos no processo de integração regional; iii) e a apropriação do regionalismo pela abordagem da Cultura Política, vinculado com seu impacto na oferta de regionalismo, e avaliando, assim, a existência de um processo de regionalização além do processo de regionalismo formal. Estas três dimensões estão resumidas na figura 1.

Figura 1 – Dimensões analíticas do modelo plural de regionalismo comparado aplicado ao Mercosul

Regionalismo Institucional	Economia Política Internacional	Cultura Política
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as características dos desenho institucional formal - Compreender os motores da oferta de regionalismo de cima para baixo 	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar a intensidade das relações económicas - Compreender as interações entre Estado - atores não estatais - mercado no nível nacional, regional e global e seus impactos nos processos institucionais - Compreender a interrelação entre economia e política nos motores da oferta e da demanda por regionalismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar existência de processos de regionalização desde uma perspectiva de baixo para cima - Identificar as características das identidades regionais - Compreender a relação entre regionalismo e democracia

Fonte: Elaboração própria

Este modelo em desenvolvimento tem a vantagem de abordar os processos de regionalismo em uma perspectiva abrangente e pode ser aperfeiçoado na medida que se identifique variáveis específicas para cada uma destas dimensões. A escolha do Mercosul foi realizada por razões pragmáticas de acesso à informação como por razões teóricas vinculadas ao contexto de desenvolvimento da iniciativa na onda do novo regionalismo dos anos noventa (SÖDERBAUM, 2015). Também, por ser um dos blocos afetados pela erosão das condições democráticas na América Latina e objeto de recentes tensões entre seus membros. Todas estas características fazem do bloco um caso importante para o desenvolvimento de teorias de regionalismo comparado em uma perspectiva multidisciplinar. A seguir, serão apresentadas um primeiro desenvolvimento das três dimensões antes mencionadas ao caso do Mercosul.

4.1. Características da oferta de regionalismo no MEROCSUL desde uma perspectiva institucional

O Mercosul se consolidou em um contexto em que a ampliação de mercado representava uma condição ao desenvolvimento das economias, especialmente, a brasileira. Nesse sentido alguns autores (KUWAYAMA, 1999; VAZ, 2002) colocam que ele nasce como uma iniciativa de regionalismo aberto, procurando maximizar as vantagens da inserção do Mercosul na economia global. Porém, a literatura mais recente (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021; RAMANZINI JÚNIOR; LUCIANO, 2020; RAMANZINI JUNIOR; MARIANO; GONÇALVES, 2021) enfatiza, a partir de uma revisão histórica dos trinta anos de atuação do Mercosul, no âmbito político, principalmente o apoio aos processos de redemocratização como parte constituinte dos seus objetivos institucionais.

O Mercosul avançou institucionalmente a partir de 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, ato fundacional do bloco, conforme cronologia apresentada na figura 2. O grau de institucionalidade permitiu aos países partes do bloco a harmonização das políticas nacionais e de política externa, especialmente as políticas voltadas aos setores econômicos dos países na busca por um Mercado Comum. Nesse sentido, e a partir da construção de uma arquitetura institucional com maior complexidade, se entendia que tendia a um futuro processo de integração, mesmo que mantendo características principalmente intergovernamentais.

Figura 2 – Principais eventos de construção institucional do Mercosul nas suas três décadas de funcionamento



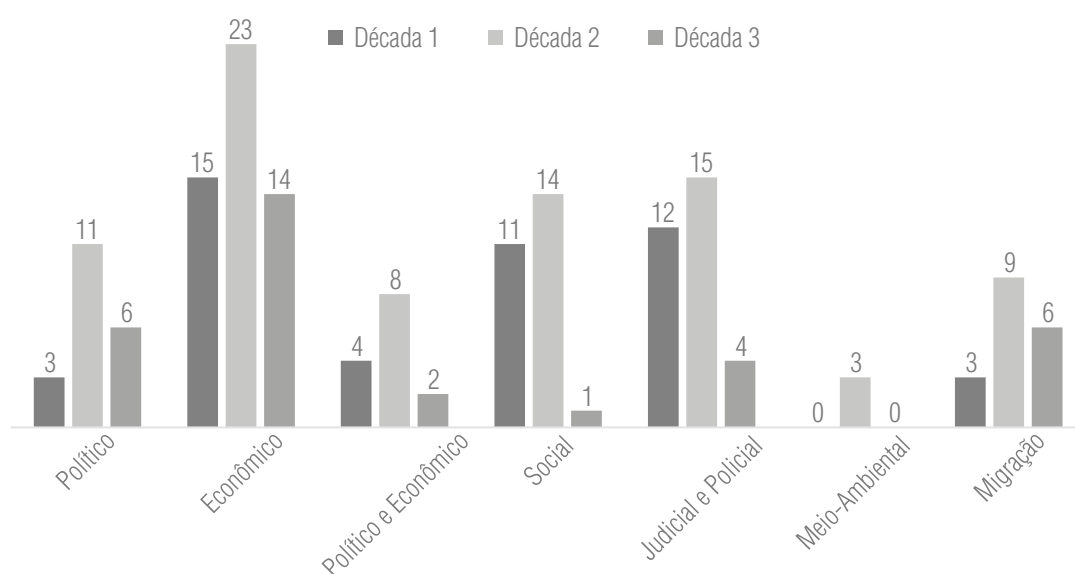
Fonte: Elaboração própria com base as informações institucionais disponíveis no portal do Mercosul (s/d).

Faria e Barão (2012), fazem referência que a institucionalidade do bloco e o processo de integração materializando objetivos políticos, se aprofunda em 2003 a partir de Constituição do Parlamento do Mercosul. Porém, vai se ver enfraquecida em 2019 com a Declaração Conjunta dos Estados membros que suspendem de maneira indefinida a mesma. Nesse âmbito político, destacou-se, também, os Protocolos de Ushuaia I e II sobre o Compromisso Democrático do Mercosul. Nesse sentido, para evidenciar tanto a presença de objetivos econômicos como políticos no processo de construção institucional do Mercosul, é importante caracterizar seus instrumentos institucionais para a melhor compreensão das características e motores da oferta do regionalismo. Esta apresentação não pretende analisar exaustivamente estes instrumentos, apenas classificá-los segundo seu objetivo primário.

Tanto a cronologia como os gráficos a seguir foram elaborados a partir dos dados disponíveis no repositório de Tratados, Protocolos e Acordos depositados no Paraguai (Mercosul, s/d) que registra até o momento 164 instrumentos normativos. Os gráficos a seguir apresentam uma classificação desses instrumentos a partir de dois critérios com a finalidade de caracterizar o tipo de construção institucional do Mercosul. O gráfico 1 classifica os instrumentos segundo seu objetivo principal: i) político, entendidos como instrumentos de desenho de arquitetura institucional; ii) econômico, entendidos como instrumentos de promoção de relações econômicas; iii) político e econômico;

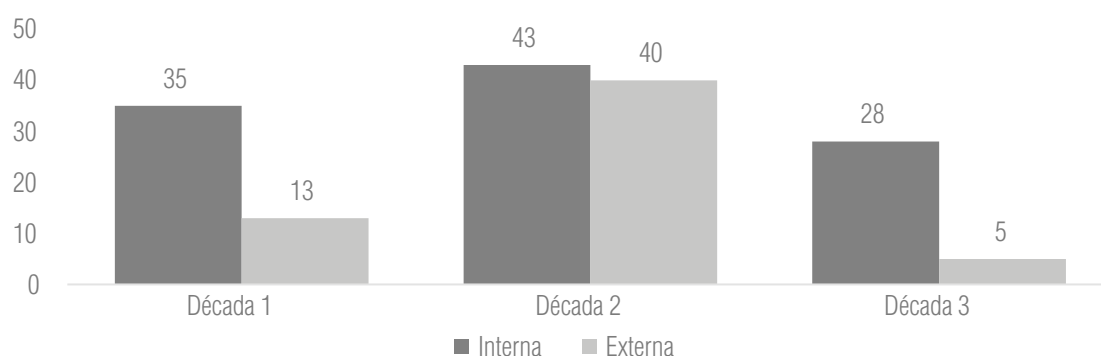
entendidos como instrumentos que misturam os dois objetivos anteriores; iii) social, entendidos como instrumentos voltados a interação com a sociedade vinculados a políticas sociais; iv) judicial e policial, entendidos como instrumentos que fomentam a cooperação técnica nestes campos; v) migração, entendidos como instrumentos que permitem a integração e a harmonização migratória; e iv) ambiental, entendidos como instrumentos que focam especificamente em uma agenda verde. Já o gráfico 2 classifica os mesmos instrumentos segundo seu nível de projeção (interna ou externa) para assim identificar se trata-se de um instrumento de construção “para o interior ou para o exterior” (STUENKEL, 2017, p. 104) do processo regional. Em ambos os casos optou-se por uma periodização por décadas de existência institucional.

Gráfico 1 – Instrumentos normativos de funcionamento por tipo de objetivo segundo décadas



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Repositório de Tratados, Protocolos e Acordos depositados no Paraguai (Mercosul, s/d)

Gráfico 2 – Instrumentos normativos segundo projeção do instrumento



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Repositório de Tratados, Protocolos e Acordos depositados no Paraguai (Mercosul, s/d)

Constata-se, que desde o início os objetivos políticos e econômicos têm estado presentes na construção institucional do Bloco. É importante precisar também que ao longo do tempo de existência do bloco vão gerar processos de cooperação técnica dentro do bloco e entre o bloco e seus parceiros que se refletem em objetivos de natureza migratória, judicial e policial, entre outros. Também o gráfico 1 permite observar que a construção institucional tem dado maior espaço, principalmente durante a segunda década de existência, a objetivos de natureza mais social e meio-ambiental, fazendo do Mercosul uma iniciativa abrangente. Porém, o aprofundamento e ênfase nas diversas áreas de cooperação têm se dado com ênfases diferentes ao longo dos anos.

O gráfico 2 permite observar que a consolidação dos processos internos tem sempre sido uma das prioridades do Bloco, adotando um maior número de instrumentos com efeitos internos do que externos. Porém, é possível apreciar que após duas décadas focados no uso dos instrumentos do Mercosul tanto para uma construção interna como para sua inserção internacional, a última década de existência, teve uma projeção predominantemente interna, sem necessariamente corresponder com tanta ênfase aos moldes do regionalismo aberto.

A partir de 2017, após a suspensão da Venezuela, e o fim da onda rosa que tinha marcado uma emergência de um certo consenso político entre as lideranças do Mercosul, os objetivos políticos com relação ao compromisso com o modelo democrático parecem perder o interesse dos países membros e conseqüentemente perdem a eficácia (RAMANZINI JUNIOR; MARIANO; GONÇALVES, 2021). As ações políticas se centram principalmente em ações de cooperação técnica em áreas que não afetam a soberania nacional, seguindo a tendência já identificada em outros blocos com problemas com relação ao autoritarismo (STUENKEL, 2017) e que pode, em alguns casos, levar a reforçar a erosão das condições democráticas no plano doméstico, configurando regionalismos de natureza autoritária (DEBRE, 2021; LIBMAN; OBYDENKOVA, 2018). De momento, no Mercosul as tensões internas e a crise vinculada a pandemia do COVID-19 parecem ter gerado uma paralisia da construção institucional tanto no plano interno como externo, porém não se identificam claramente mecanismos institucionais que levariam a configuração de um regionalismo autoritário. Não obstante, as mudanças dos processos econômicos e sua relação com os consensos e desacordos políticos precisa ser analisada com maior detalhe desde a perspectiva da EPI.

4.2. A integração econômica do Mercosul desde uma perspectiva de EPI

O Tratado de Assunção de 1991 – instrumento fundacional do Mercosul, nasce em um contexto internacional de consolidação de espaços regionais e de um contexto nacional de busca pelo crescimento econômico via ganhos de exportações para além das fronteiras nacionais, e de possibilidades de Investimento Direto Externo. Não diferente disso, o Mercosul se apresentou também como uma forma de reprodução do capital das economias nacionais em um espaço regional institucionalizado (FARIA, 2004). Nesse sentido, como se evidenciou no gráfico 1, os processos de consolidação econômica interna e externa aconteceram em paralelo

aos objetivos políticos durante as primeiras duas décadas do Mercosul. Na última década, após um momento intensivo de mecanismos que aprofundavam os componentes políticos do bloco, teve uma forte retração dos mesmos a partir de 2017. Assim, parece que os processos de regionalismo que perduram, quase que de maneira inercial, apesar das tensões políticas, são os processos de cooperação econômica interna, que se articulam, portanto, como uma coluna vertebral do projeto regional, como se observa no gráfico 2.

O Mercosul surge, entre outras motivações, como uma alternativa às políticas neoliberais na busca pelo crescimento econômico e encontra na consolidação do espaço regional uma nova fase. Nas palavras de Faria “o projeto desenvolvimentista de crescimento acelerado, dessa vez substantivado pelo imperativo da equidade, e pela consciência de que essa alternativa não pode ser realizada por cada nação de forma isolada” (FARIA, 2004, p. 88). A consolidação do espaço regional proporcionaria ao Brasil essa alternativa para o desenvolvimento de forma integrada em um espaço maior de atuação assegurado pela institucionalidade, o que parece ter sido o caso durante a fase de desenvolvimento de regionalismo pós-hegemônico (RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, 2012). Este momento parece ter sido um momento de reconfiguração das relações entre Estado, atores não estatais e mercados, propondo a criação de mecanismos institucionais de redução das desigualdades como o caso do FOCEM, e abrindo a possibilidade de adoção no nível regional de políticas públicas de bem-estar como o Plano Estratégico de Ação Social e o Estatuto da Cidadania do Mercosul. A formulação de políticas globais ou regionais, é um dos mecanismos que as organizações internacionais em geral, e os regionalismos em particular, possuem para reconfigurar as relações entre economia e política (STONE, 2008). Nesse sentido, é importante lembrar que a articulação de atores públicos e privados nestas políticas públicas regionais e em espaços de diálogo permite fortalecer os espaços de governança criando entendimentos comuns (STONE, 2013) ao mesmo tempo que propicia as condições para o funcionamento dos mercados.

Estes processos têm simultaneamente promovido com maior ênfase a participação do setor privado, principalmente setores empresariais e sindicais, assim como associações de consumidores, mesmo que de maneira limitada. Se em tempos de expansão do regionalismo, esta participação tinha tido um efeito de distanciamento e resultados negativos para o processo integrador (VELASCO JÚNIOR, 2016), podemos observar algumas manifestações de que em tempos mais recentes de crise, estes setores são um dos elos que sustentam a dinâmica inercial da cooperação técnica econômica e procuram promover os objetivos econômicos do regionalismo¹.

Outro aspecto relevante a compreender desde uma perspectiva de EPI são os processos de cooperação técnica em temas como saúde ou migração. Como temos observado a agenda de cooperação política tem incluído os temas de Agenda Social na última década e tem, portanto, fortalecido a credibilidade e legitimidade dos processos de regionalismo no Cone Sul (RIGGIROZZI; RYAN, 2021). Porém esta construção de capital político no nível regional está em xeque caso não aconteça um processo de apropriação política por parte das sociedades. Para avaliar a situação dessa apropriação, podemos fazer uso das ferramentas da Cultura Política aplicada ao nível analítico regional.

1 Esta postura é visível por exemplo nos tipos de acordos promovidos entre 2017 e 2019 assim como na postura da Confederação Nacional da Indústria favorável ao Acordo EU – Mercosul: https://www.portaldaindustria.com.br/eventos/pt/edicoes/mercosul-uniao-europeia-superando-obstaculos-para?utm_source=linkedin&utm_campaign=eventomercosulue&utm_content=rs1758

4.3. O Mercosul desde o olhar da Cultura Política

Apesar da estagnação política na atualidade, o Mercosul tem apresentado diversos avanços em termos econômicos e institucionais que fazem com que os diferentes grupos de interesse econômicos defendam o processo de regionalismo. Porém, não necessariamente esse avanço tem se produzido com relação à apropriação do processo por parte das sociedades que formam o bloco. Esta situação afeta a credibilidade e legitimidade construída pelo regionalismo no nível sul-americano a partir dos seus resultados na esfera técnica (RIGGIROZZI; RYAN, 2021) e podem diminuir a eficácia, já questionada, do regionalismo como garantia de processos democráticos na América Latina (RAMANZINI JÚNIOR; LUCIANO, 2020). É particularmente delicada a credibilidade dos mecanismos institucionais de garantia da democracia no Mercosul na medida que tem surgido polêmicas com relação ao seu uso discricional nos casos Paraguaio, Venezuelano e Brasileiro (MONTE; ANASTASIA, 2017; SANTOS; LEITE; MONFREDO, 2017). Nesse sentido é relevante analisar qual tipo de compromisso com a democracia está promovendo o Mercosul.

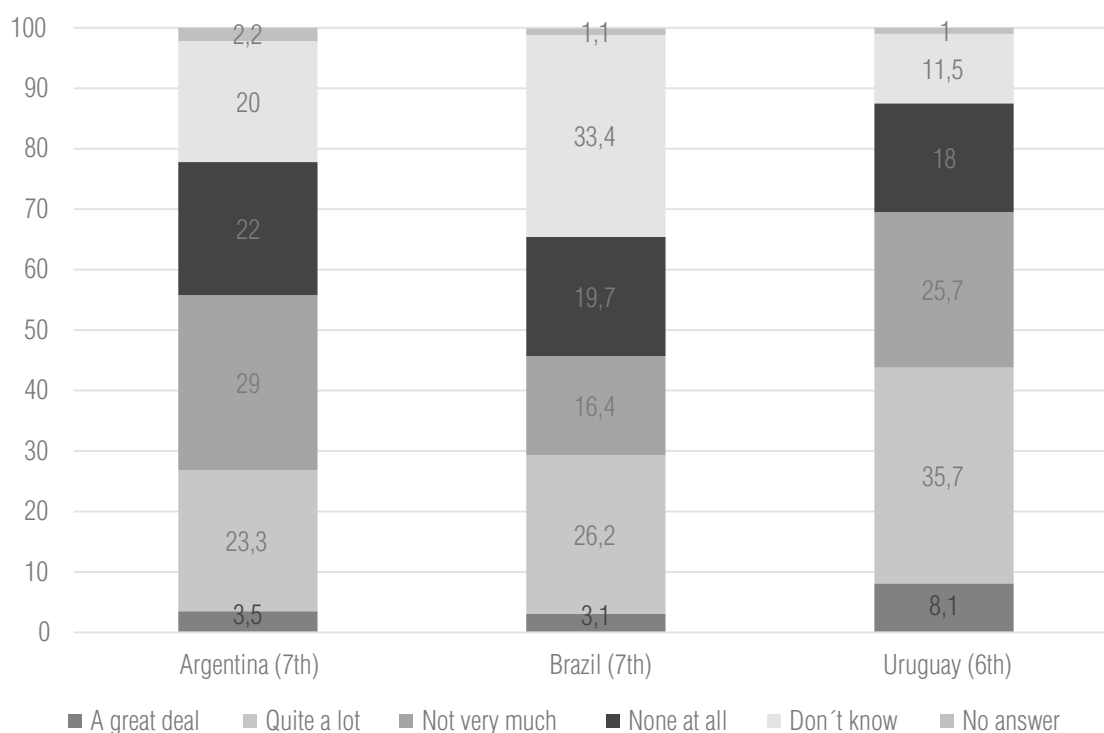
As visões e valores sobre o regionalismo das lideranças são determinantes para o tipo de oferta de regionalismo, na medida que eles vão impactar no grau de institucionalidade e no fortalecimento do nível regional (BÖRZEL; RISSE, 2020a; SÖDERBAUM, 2015). Assim, por exemplo, a ausência de um consenso sobre o significado de integração no Mercosul, impacta negativamente no nível de capacidades estatais do bloco e seus membros (MARIANO; MENEZES, 2021). Como assinalam Mariano e Menezes:

“A ausência de um projeto comum promove, no Mercosul, um círculo vicioso. Com expectativas negativas predominando, há menos estímulos para o enfrentamento dos problemas estruturais que, por sua vez, desestimulam um maior comprometimento dos governos e aumentam o desinteresse dos outros atores pela integração. Isso tudo reforça as expectativas negativas” (2021, p. 163).

Porém, esse círculo vicioso não se alimenta exclusivamente das inconstâncias e tensões no nível da oferta de regionalismo. Desde a perspectiva da demanda de regionalismo, a heterogeneidade das demandas, o desconhecimento dos processos e a desconfiança generalizada nas instituições políticas, principalmente aquelas vinculadas aos modelos de democracia liberal, caracterizam a Cultura Política das sociedades dos países do Cone Sul (CASTRO, 2014; RANINCHESKI; CASTRO, 2013).

Assim, por exemplo, o gráfico 3 apresenta os níveis de confiança nas instituições do Mercosul por parte dos cidadãos de três países membros do bloco onde tinham dados disponíveis: Brasil e Argentina (de acordo com os dados da 7ma onda da Pesquisa Mundial de Valores) e Uruguai (com dados da 6ta onda).²

2 A pandemia do COVID-19 interrompeu o processo de coleta de dados da sétima onda no Paraguai.

Gráfico 3 – Confiança nas instituições do Mercosul em alguns países do bloco

Fonte: elaboração própria com base aos dados da WVS (INGLEHART, R., HAERPFER, C., MORENO, A., WELZEL, C., KIZILOVA, K., DIEZ-MEDRANO J., M. LAGOS, P. NORRIS, 2020)

Das respostas pode se enxergar que os níveis de confiança nas duas principais economias do Mercosul não ultrapassam o 30% nem no caso da Argentina nem do Brasil. No caso do Uruguai, a confiança chega ao 43,8%, porém correspondem a um período diferente, durante o governo Mujica, e poderiam ter sido modificados com vistas à mudança de posição do governo Lacalle Pou com relação ao Mercosul. Porém, nos três países os níveis de desconfiança nas instituições regionais se situam entre 36,1% e 51%. É importante salientar que nos três países o nível de desconhecimento sobre o Mercosul supera o 10% da população, ascendendo a quase um terço (33,4%) dela no caso brasileiro. Tanto os baixos níveis de confiança como os níveis médios de desconhecimento refletem uma baixa adesão da Opinião Pública aos processos de regionalismo no cone Sul.

Nesse sentido, parece se replicar no nível regional, as características da Cultura Política no nível doméstico no caso do Mercosul. Assim como existe uma democracia inercial (BAQUERO, 2018) em alguns dos países do Mercosul, caracterizada por um apoio difuso a ideia de democracia, e simultaneamente um desconhecimento sobre seus conteúdos específicos e uma desconfiança e insatisfação com o funcionamento das suas instituições; existiria também um regionalismo inercial. Desde o enfoque da Cultura Política, isso significa um apoio difuso aos processos de regionalismo no Cone Sul, porém com um distanciamento da sociedade em relação a suas funções e objetivos, que aprofunda o déficit democrático e desconfiança nas instituições regionais.

A diferença de outras regiões onde a confiança da Opinião Pública no nível regional é importante (BÖRZEL; RISSE, 2020a), o Mercosul parece não ter gerado esse nível de adesão e está ainda longe da ansiada construção de uma identidade regional proposta nos planos do Mercosul social.

Esta crise de desconfiança nas instituições do Mercosul pode ter pelo menos duas explicações. Por uma parte, ela pode refletir uma insatisfação da cidadania com a oferta de regionalismo que lhe é apresentada. Por outra parte, ela pode ser interpretada no contexto mais abrangente de desconfiança nas instituições da democracia representativa que caracteriza a maioria dos países da região latino-americana (COHEN; LUPU; ZECHMEISTER, 2017). Em ambos os casos, para um processo como o Mercosul, que como vimos anteriormente tem como valor central a defesa da democracia, isto pode levar a uma perda de legitimidade. Portanto, há uma perda de defensores entre a cidadania quando os atores políticos domésticos atacam o processo de integração. A pouca adesão da opinião pública e a desinformação dela têm sido observados como característica de outros processos de desintegração, como no caso do denominado Brexit.

Finalmente, este desconhecimento e desconfiança também são sintomáticos da perda da ênfase na construção de instituições representativas no âmbito do Mercosul. Assim, a decisão no final de 2019 sobre a suspensão indefinida do processo de eleição direta ao parlamento do Mercosul, terminou por aprofundar a brecha entre instituições e cidadania no bloco.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como finalidade apresentar uma primeira versão de um modelo plural de estudo do regionalismo aplicado ao caso do Mercosul. Este modelo é composto por três enfoques teóricos complementares que analisam um único processo, o processo regional, tanto desde a perspectiva da oferta como de demanda de regionalismo. Isso permite apresentar uma análise que não se centra unicamente nos Estados, porém sem negar a centralidade deles nos processos regionais, e que integra atores não-estatais, incluindo atores de mercado, atores sociais e a própria Opinião Pública como fatores que influenciam o processo regional. O resultado evidencia a existência do que poderíamos caracterizar como regionalismo inercial, onde existem alguns elos fracos que mantêm o processo regional vinculados principalmente a configuração da economia política regional e a centralidade dos interesses e atores de mercado na agenda do Mercosul, porém com características líquidas (MARIANO; BRESSAN; LUCIANO, 2021) ou difusas com relação aos objetivos políticos, principalmente os conteúdos democráticos, desde a perspectiva das lideranças políticas e desde as sociedades. Essa inercia mantém o Mercosul entre uma tensão constante entre um regionalismo aberto ou pragmático ou uma integração política aprofundada; entre um projeto de delegação de tomada de decisões coletiva para sua governança ou uma radicalização do princípio soberano intergovernamental; e entre a sua função como garantia democrática na região e seu potencial instrumento de regionalismo autoritário.

Este modelo é produto de um diálogo interdisciplinar entre vários campos de conhecimento, seguindo a tendência da quebra das barreiras disciplinares. Partindo da perspectiva de oferta e demanda de regionalismo, o modelo propõe a integração da perspectiva da EPI para o estudo das demandas de regionalismo, permitindo assim superar o caráter estado-cêntrico dos estudos regionais institucionalistas, sem descartar seus aportes. Desde a perspectiva da oferta de regionalismo, os aportes da Cultura Política permitem a integração do fator de apropriação das sociedades do projeto regional e permitem discutir o vínculo mais abrangente entre regionalismo e democracia. O enfoque da Cultura Política também permite um diálogo com a literatura de EPI,

na medida que reconhece o papel das condições econômicas e políticas nas configurações das atitudes e valores das sociedades e a sua influência na construção de instituições. Isto é particularmente relevante para o estudo de processos regionais que se desenvolvem em regiões onde se evidencia uma crise das instituições da democracia liberal, como na América Latina, em paralelo a processos de questionamento sobre o modelo econômico neoliberal, e insere o regionalismo no debate sobre os impactos do populismo e o autoritarismo nos desenhos institucionais.

A discussão a partir do caso do Mercosul permite também trazer algumas pistas analíticas para compreender a crise atual do bloco assim como identificar fatores-chaves para a revitalização do processo no marco dos trinta anos do regionalismo no Cone Sul.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, A. (2017) **Global governance in a multiplex world**. Robert Schuman Centre for Advanced Studies Research Paper No. RSCAS, v. 29, 2017.
- _____ (2012) Comparative regionalism: A field whose time has come? **The International Spectator**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 3–15, 2012.
- ALMEIDA, P. R. de (2012) A Economia Política da Integração Regional Latino-americana: uma visão ultrarrealista do estado da arte institucional. **Florianópolis: RIDB**.
- _____ (2008). Evolução histórica do regionalismo econômico e político na América do Sul: um balanço das experiências realizadas. **Cena internacional**, v. 10, n. 2, p. 72–97, 2008.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S (1980). **The civic culture revisited**. Boston: Little, Brown.
- _____ (1963). **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press.
- BAQUERO, M. (2018). **Democracia Inercial: Assimetrias entre Economia e Cultura Política na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- BAROM, W. (2018) A reivindicação política da identidade regional: a identidade latino-americana nos documentos oficiais do Mercosul e Unasul. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 540–581.
- BÖRZEL, T. A.; RISSE, T. (2020a) **From Europeanisation to Diffusion**. Oxon: Routledge.
- _____ (2020b). Identity politics, core state powers and regional integration: Europe and beyond. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, [s. l.], v. 58, n. 1, p. 21–40.
- _____ (2019). Grand theories of integration and the challenges of comparative regionalism. **Journal of European Public Policy**, v. 26, n. 8, p. 1231–1252.
- _____ (2016). **The Oxford handbook of Comparative Regionalism**. Oxford: Oxford University Press.
- _____ (2009). The transformative power of Europe: The European Union and the diffusion of ideas. **KFG Working Papers, Berlin: Free University Berlin**.
- CARRERAS, M.; IREPOGLU CARRERAS, Y.; BOWLER, S. (2019). Long-term economic distress, cultural backlash, and support for Brexit. **Comparative Political Studies**, v. 52, n. 9, p. 1396–1424.

- CASTRO, H. (2014). **Cultura Política Comparada**. Brasília: Verbena Editora.
- _____. (2008). Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, n. 1.
- COHEN, B. (2008). **International Political Economy: An Intellectual History**. Princeton: Princeton University Press.
- _____. (1977). **Organizing the World's Money**. New York: Palgrave MacMillan - Basic Books.
- COHEN, M.; LUPU, N.; ZECHMEISTER, E. (org.). (2017). The political culture of democracy in the Americas, 2016/17: A comparative study of democracy and governance. **Nashville: USAID - LAPOP - Vanderbilt. E-book**.
- DE LOMBAERDE, P; SÖDERBAUM, F. VAN LANGENHOVE, L; BAERT, F (2010). The problem of comparison in comparative regionalism. **Review of International Studies**, v. 36, n. 3, p. 731–753.
- DE SÁ FRANCA, G. (2016). A importância da identidade regional instrumentalizada na cidadania supranacional como projeto de integração: uma comparação institucional entre Mercosul e União Europeia. **Revista do Programa de Direito da União Europeia**, n. 7, p. 43–57, 2016.
- DEBRE, M. J. (2021). The dark side of regionalism: how regional organizations help authoritarian regimes to boost survival. **Democratization**, v. 28, n. 2, p. 394–413.
- DECIANCIO, M.; QUILICONI, C. (2020). Widening the “Global Conversation”: Highlighting the Voices of IPE in the Global South. **All Azimuth**, v. 9, n. 2, p. 249–266.
- DICKINS, A. (2006). The evolution of international political economy. **International Affairs**, v. 82, n. 3, p. 479–492.
- FARIA, L. (2004). **A chave do tamanho: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, Editora.
- FARIA, L.; BARÃO, G. R. (2012). O âmbito político-institucional do Mercosul: a política externa brasileira e o desenvolvimento institucional do bloco. **Ensaio FEE**, v. 33, n. 1, 2012.
- FRIEDEN, J. (2021). International Cooperation in the Age of Populism. **Economic Globalization and Governance**, p. 303–314.
- FUCCILLE, A.; LUCIANO, B. T.; BRESSAN, R. N. (2021). **Para Além do Comércio: Mercosul, Democracia e Segurança Regional**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. n. 112, pp. 217-250.
- GILPIN, R. (2002). **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: UnB.
- GONÇALVES, R. (2005). **Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier.
- HUNTER, W; POWER, T (2019) Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**, vol. 30, no. 1, pp. 68-82.
- INGLEHART, R.; HAERPFER, C.; MORENO, A.; WELZEL, C., KIZILOVA, K.; DIEZ-MEDRANO J.; M. LAGOS, P. NORRIS; E. P.; B. P. et al. (eds.) (2020). **World Values Survey: All Rounds - Country-Pooled Datafile**. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>.
- INGLEHART, R.; BAKER, W. E. (2000). Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. **American Sociological Review**, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 19–51.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P. (2019). **Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash**. Cambridge: Cambridge University Press.

- INGLEHART, R.; WELZEL, C. (2005). **Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence**. Edinburgh: Cambridge University Press.
- KRIESI, H. (2020). Backlash politics against European integration. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 22, n. 4, p. 692–701.
- KUWAYAMA, M. (1999). Open regionalism in Asia Pacific and Latin America: a survey of the literature. **ECLAC**, 1999.
- LIBMAN, A.; OBYDENKOVA, A. V. (2018). Understanding authoritarian regionalism. **Journal of Democracy**, v. 29, n. 4, p. 151–165.
- MACIEL, F. (2013). Ulrich Beck e a crítica ao nacionalismo metodológico. **Política e Sociedade**, v.12, n.25.
- MARIANO, K. P.; BRESSAN, R. N.; LUCIANO, B. T. (2021). Liquid Regionalism: a typology for regionalism in the Americas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 2.
- MARIANO, K.; MENEZES, R. G. (2021). Três décadas de mercosul: Institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração. **Lua Nova**, n. 112, p. 147–181.
- MARIANO, K. (2015). **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul**. São Paulo: Editora UNESP.
- MARIANO, M. P. (2007). **A política externa brasileira, o Itamaraty e o Mercosul**. 217 f. Tese (doutorado). - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.
- MERCOSUL (s/d). **Repositório de Tratados, Protocolos e Acordos depositados no Paraguai**. Assunção: Mercosul. Disponível em <<https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/tratados/>> Acesso em: 02/11/ 2021.
- MILNER, H.; MANSFIELD, E. L. (1997). **The Political Economy of Regionalism**. New York: Columbia University Press.
- MONTE, D. S. do; ANASTASIA, F. (2017). Cláusula democrática do Mercosul: indefinição conceitual e uso estratégico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 11–36.
- RAMANZINI JÚNIOR, H.; LUCIANO, B. T. (2020). Regionalism in the Global South: Mercosur and ECOWAS in trade and democracy protection. **Third World Quarterly**, [s. L], v. 41, n. 9, p. 1498–1517.
- RAMANZINI JUNIOR, H.; MARIANO, M. P.; GONÇALVES, J. de S. B. (2021). The Quest for Syntony: Democracy and Regionalism in South America. **Bulletin of Latin American Research**, p. 1–15.
- RANINCHESKI, S.; CASTRO, H. (2013). de. Sobre Estado, cultura política da democracia e políticas sociais na América Latina. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 2013.
- RENNÓ, L. (1998). Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 45, p. 71–9.
- RIGGIROZZI, P.; RYAN, M. The credibility of regional policymaking: insights from South America. (2021). **Globalizations**, p. 1–16,
- RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. (2012). The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America. *In: THE RISE OF POST-HEGEMONIC REGIONALISM*. Dordrecht: Springer. p. 1–16.
- SANAHUJA, J. A. (2012). Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. **Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe**, n. 9, p. 19–71.

- SANTOS, T.; LEITE, A. P. M. R.; MONFREDO, C. S. (2017). Mercosul e Protocolo(s) de Ushuaia: cláusula democrática para quem? *In:* , 2017, Salvador. **XVI Congresso Internacional FoMerco**. Salvador: FoMerco.
- SCHÄFER, A. (2021). Cultural Backlash? How (Not) to Explain the Rise of Authoritarian Populism. **British Journal of Political Science**, p. 1–17, 2021.
- SÖDERBAUM, F. (2015). **Early, old, new and comparative regionalism: The scholarly development of the field**. KFG Working Papers, Berlin: Free University Berlin.
- STONE, D. (2013). **Knowledge actors and transnational governance: The private-public policy nexus in the global agora**. London: Palgrave MacMillan.
- _____ (2008). Global Public Policy, Transnational Policy Communities, and Their Networks. **The Policy Studies Journal**, v. 36, No. 1, p. 19–38.
- STOPFORD, J. M.; STRANGE, S. (1991). **Rival states, rival firms: Competition for World Market Shares**. Cambridge: Cambridge University Press.
- STRANGE, S. (2015). **States and markets**. London : Bloomsbury Publishing.
- _____ (1970). International economics and international relations: a case of mutual neglect. **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944)**, p. 304–315.
- STUENKEL, O. (2017). **BRICS e o Futuro da Ordem Global**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- TUSSIE, D.; RIGGIROZZI, P. (2015). A global conversation: rethinking IPE in post-hegemonic scenarios. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 3, p. 1041–1068.
- VAZ, A. C. (2002). **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: IBRI.
- VELASCO JÚNIOR, P. A. M. (2016). Os empresários no Mercosul: distância ou participação? | Entrepreneurs in Mercosur: distance or participation? **Mural Internacional**, v. 6, n. 2, p. 186–201.
- VIGEVANI, T.; MARIANO, K. L. P.; OLIVEIRA, M. F. de. (2001). Democracia e atores políticos no Mercosul. **Los rostros del Mercosur. El difícil camino de lo comercial a lo societal**, Buenos Aires: CLACSO, p. 183–228.
- WALTER, S. (2021). The backlash against globalization. **Annual Review of Political Science**, v. 24, p. 421–442.
- WEI, S.-J.; FRANKEL, J. A. (1998). Open regionalism in a world of continental trade blocs. **Staff Papers**, v. 45, n. 3, p. 440–453.